

Luiz Orlando Carneiro

O suplemento especial do Diário Oficial contendo o "Anteprojeto Constitucional" elaborado pela Comissão Afonso Arinos, foi publicado há uma semana, exatamente, e está à venda por Cz\$ 3,10 na Imprensa Nacional, em Brasília, e por Cz\$ 3,50 nos estados. Não apareceu, pelo menos ainda, na lista dos best-sellers. São 62 páginas, com 436 artigos, mais as inevitáveis "Disposições transitórias", desta vez 32, contra as 36 da Constituição vigente.



Coisas da política

O anteprojeto constitucional — que o presidente Sarney, cautelosamente, chamou de "Relatório da comissão provisória de estudos constitucionais", embora sublinhando tratar-se de algo mais que uma mera proposta — só agora começa a ser debulhado pelos chamados cientistas políticos, juristas e jornalistas, já que os políticos propriamente ditos estão, naturalmente, engalfinhados na luta pré-eleitoral, exibindo e manipulando pesquisas, muito mais preocupados com a liça majoritária do que com o debate

dos picos polêmicos do anteprojeto (ou relatório). Mesmo porque os minutos e segundos disponíveis no rádio e na televisão, os centímetros permitidos nos jornais não podem ser "desperdiçados" pelos partidos, coligações e seus candidatos no amplo debate pré-Constituinte desejável, mas inviável.

Os bonecos muito bem bolados pela equipe de Paulo Maluf, a campanha "Tom e Jerry" no Rio, o ser ou não ser usineiro em Pernambuco são o talk of the town, o assunto desta cidade-continentes que é o Brasil.

É um lugar comum dizer-se que há um Brasil real e um outro ideal. Somos hoje, ao mesmo tempo, o país dos cruzados e dos agiotas. Um político respeitável como o ministro Marco Maciel ainda encontra tempo para escrever um artigo chamando a atenção para o fato de que, "nas modernas democracias, o sistema partidário é componente essencial e insubstituível do processo político, porquanto indispensável à organização do poder e à disputa eleitoral". Menos sutil — como é de seu feitio — o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, proclama que, se a eleição fosse hoje, seu partido venceria para governador em 20 estados. É óbvio que a Ulysses não interessa discutir, no momento, se seu PMDB é, por exemplo, em Minas, o de Newton Cardoso, ou o de Itamar Franco, abrigado, na atual conjuntura, numa aliança PFL-PL; ou se a candidatura Antônio Ermírio (PTB-"PFL do B", "PMDB do B", em São Paulo) não seria mais pemedebista do que a de Orestes Quércia.

## Quem é candidato a primeiro-ministro?

Quem comparar os textos do projeto da Comissão Arinos com o da Constituição vigente, no capítulo "Dos partidos políticos", verificará que são quase idênticos no atacado. No varejo, há sutilezas, acréscimos e omissões, em torno dos quais o debate vai pegar fogo, no momento em que a Constituinte se reunir.

Exemplo. Constituição atual, art 152: "É livre a criação de partidos políticos. Sua organização e funcionamento resguardarão a soberania nacional, o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana, observados os seguintes princípios: I) É assegurado ao cidadão o direito de associar-se livremente a partido político; II) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar; III) É proibida a subordinação dos partidos políticos a entidade ou governos estrangeiros..."

Proposta da Comissão Arinos: o artigo 65 é igual ao 152 da atual Constituição, mas desaparece o inciso III... quer dizer, se passar como está esse capítulo fundamental, os partidos políticos poderiam ser subordinados a entidade ou governos estrangeiros...

O professor Candido Mendes, em suas "Diretrizes gerais" sobre o trabalho da comissão, escreve que o "ponto nuclear" da proposta relativa ao regime de poderes é a criação do "dualismo da complementaridade" entre o Legislativo e o Executivo, ou seja, o tal presidencialismo-parlamentarista.

Não se tem notícia de que os políticos e candidatos em geral estejam propiciando debates sobre presidencialismo ou parlamentarismo, sobre o sistema de freio e contrapesos entre o Congresso e o Executivo, ou sobre a proposta da manutenção do critério proporcional convivendo com o regime de eleição distrital.

O Brasil real (o das eleições majoritárias) e o Brasil ideal (o da Constituinte) vão mesmo ao ringue só a partir de fevereiro. O Brasil real — e a maioria dos políticos, mais realista do que o rei, explora essa realidade — se não sabe ao certo o que vem a ser uma constituinte, não estaria mesmo preparado para debater o "dualismo de complementaridade".

Aliás, já há um bom número de candidatos lançados, ou na boca de espera à sucessão de Sarney (o destemperado Hélio Garcia autolançou-se; José Richa tem uma plataforma de lançamento no Mato Grosso do Sul; Ulysses Guimarães, que completa com festa em Brasília 70 anos no domingo, é o candidato natural e histórico do PMDB; Marco Maciel, Aureliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães (PFL) são candidatos não-implícitos, dependentes das eleições majoritárias em seus estados, ou de fatos políticos novos, imprevisíveis).

Mas, voltando à vaca fria do Brasil real e ao boi no pasto do "dualismo da complementaridade", alguém já se lançou — ou fez lançar um balão de ensaio que seja — tendo como meta sua candidatura a primeiro-ministro?

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília